

Cegueira completa



Por TADEU VALADARES*

Doravante viveremos o tempo da esperança conjugado com o tempo, complementar e oposto, da preocupação constante
G., prezado,

Como prometido, respondo ao seu comentário, de certa forma minha visão do momento político-institucional pelo qual passamos dialogando com a sua.

Começo sugerindo que, em havendo tempo, leia o artigo do Pétry, circulado pela revista Piauí, rima que não é solução, sobre o golpismo. Leitura ainda mais oportuna agora, depois da nota emitida dia 7 de julho pelo Ministério da Defesa e o comando das Forças Armadas.

Se partirmos da ideia de que a realidade é transformação permanente, e de que a história global é totalidade tensa e contraditória, espiral que tende a se manter por tempo indefinido, de imediato somos obrigados a qualificar essa visão, agregando o que hoje mais se lhe contrapõe: a agressão à natureza que marca a era do capitaloceno, os desequilíbrios econômico-sociais agravados, tendencialmente conducentes a cada vez mais numerosos levantes populares, e o permanente risco de guerra nuclear, vale dizer, de que o impensável aconteça.

De toda forma, enquanto capitaloceno, esgotamento socioambiental, exploração econômica desenfreada ou guerra nuclear não realizam por completo seu potencial de destruição, um fato é certo: o capitalismo é um modo de produção tão contraditório como dotado de plasticidade. Desde as grandes navegações deu muitas voltas por cima, embora, agora e pelo futuro previsível, a volta por cima se revele mais difícil de fazer. Até mesmo porque já não há válvula de escape, acabaram-se as fronteiras exploráveis, salvo a espacial.

Por outro lado e apesar de tudo, ‘contra viento y marea’, essa forma de organizar as sociedades a partir da exploração da singular mercadoria que é a força de trabalho assalariada está prestes a comemorar seis séculos de vigência. Os últimos três, de plena vigência. E isso, não esquecer, apesar de 1871, 1917, 1949, 1959 e por aí vai.

Considerar essa ‘coisa geral’ que assume formas particulares e gera ou dá rumo a realidades específicas, essas ‘minas gerais’ das quais o Brasil faz parte desde as capitâncias, é o que permite dizer, bem examinada nossa história, que a classe dominante e todos os seus sócios menores, entre eles muito especialmente os que exercem o weberiano monopólio do exercício da força armada, já demonstraram sua capacidade para realizar algo que, de tantas vezes repetido, não dá para ignorar. A elite econômica e mais do que simplesmente econômica, cuja absoluta maioria é extremadamente conservadora, quando não reacionária, não tem disposição para aceitar um governo, digamos, socialdemocrata, se ele se mantém por mais de oito anos na chefia do executivo. Oito é o máximo, doze é demais.. Para que a elite conseguisse esse ‘tour de force’, tolerar governos socialdemocratas por períodos algo longos, ela teria de ser outra, teria de cultivar comportamentos eletivamente afins a um discurso algo iluminista, tarefa historicamente fora de seu alcance, salvo na retórica.

Cegueira completa, a dos que se consideram bem-educados. Cegueira, sim, porque o ‘establishment’, na realidade, quando perde eleitoralmente, só perde a chefia do estado, e assim mesmo de forma muito qualificada. Continua, sempre, com o controle do congresso, dos tribunais superiores, da alta burocracia, em especial no concernente às carreiras de estado, o que a um só tempo qualifica e limita a amplitude das vitórias da esquerda, quando essa afinal ‘ganhá o executivo’. Ganhá, mas não completamente. Ganhá, sim, G., mas sempre ameaçada pela quinta coluna plenamente operante. Ainda por cima, os que encarnam os ‘grandes interesses permanentes’ têm como instrumentos seus a mídia corporativa e grande parte, se

a terra é redonda

não a maior, da intelectualidade. Ou seja, à mão, sempre, a força da ‘intelligentsia’ entre conservadora e reacionária, salpicada de alguns poucos liberais com mãos contorcidas. Sempre à disposição, também, a força dos que, desde a guerra do Paraguai, exercem claramente, a cada tanto, sua função tutelar de origem imperial.

Para confirmar a tese basta ficarmos no período mais ou menos recente, basta levarmos em conta o processo democrático que se seguiu à longuíssima transição, detalhadamente negociada, do ‘poder militar’, que não era só militar, ao ‘poder civil’, que em contrapartida não era só civil.

Essa realidade nossa, só não vê quem não quer. Uns porque desconhecem o processo e se orientam não pela análise da realidade, mas sim pelo que o coração diz. Outros porque, mesmo sabendo como foi montado o processo, não conseguem encarar em toda sua extensão e profundidade o que resultou das esperanças geradas nos anos 80. Em lugar da sonhada democratização irreversível, a mutação do sonho no pesadelo que é a dominação que se exerce no interior da nossa jaula de aço, cujo cadeado não conseguimos romper mesmo quando, obedecendo fielmente às regras constitucionais e às práticas do regime liberal democrático, elegemos presidentes da república.

Essa linha de análise minha, v. dirá G., é um tanto enviesada. Mas tem algum mérito ao apontar que algo permanece constante no tempo da mudança, e que esse traço constante não vem de hoje, que se plasma ao longo de mais de cinco séculos de transformações que podem ser resumidas na frase que diz da nossa eterna travessia do deserto: ‘Viemos do latifúndio escravista e chegamos ao agronegócio’. A fórmula resume a tragédia que perpassa todas as mudanças do mundo brasileiro, todas as mudanças invariavelmente confirmadoras, afinal, do que fica imóvel em meio ao movimento, ao que tem nome. O nome desse iludir-se, hoje, é modernização.

Nossa história, complexa e desnorteante como toda história de um povo, de uma nação, de um estado, de uma sociedade antagônica cuja forma de ser é ser-no-mundo, ou seja, história indissoluvelmente inserida na história maior do mundo capitalista mais amplo. Nós, assim, fazendo parte - periférica e subordinada - do mundo a um só tempo inóspito como exploração e sedutor como espetáculo. Pouco pão e muito circo, os males do Brasil são. Do mundo, também.

Vista nossa história com essas lentes, se levamos em conta o mais recente, o período 1988-2016 e todo o decorrente desde então, algo se torna evidente: se não houver golpe preventivo, se não houver empastelamento eleitoral bolsonarista, se Lula não tiver seu CPF cancelado (risco real, não nos enganemos a respeito), prato muito estranho está sendo preparado no caldeirão cuja água começou a esquentar desde 8 de março passado. O caldo, a cada semana que passa, mais engrossa; a cada semana chega mais próximo ao ponto de ebulação. O termômetro? A linha que o conjunto das pesquisas eleitorais permite traçar: as indicações de quem provavelmente será o futuro presidente, a ascensão, G., do nosso candidato.

Parece-me inevitável, até mesmo porque Lula é Lula, que no bojo da estratégia focada na vitória eleitoral ano que vem - a construção da frente ampla em que todos, santos e pecadores, golpeados e golpistas, se unirão para em tese recuperar a democracia, e para em tese evitar que a república pereça - se elabore um grande e discreto compromisso entre ‘los que (casi) siempre mandan’ e os que defendem o reformismo fraco dissecado por André Singer. Algo aparentado já foi feito lá atrás. Algo assim pode vir a ser elaborado até meados do ano que vem. Desta vez, caso esse entendimento ocorra, o texto será bem mais discreto. Nada de Carta ao Povo Brasileiro.

Talvez seja o caso de dizer: o que na superfície aparece como uma certa polarização, ou seja, como tensão gerada por dois polos que ora se veem e ora não se veem como opostos, pode, em seu momento de resolução ‘superadora’, e com vistas a assegurar a vitória que tanto desejamos, terminar produzindo algo que, obviedade ululante, verdade de La Palice, embora não satisfaça de todo os interesses de ‘los que mandan’, certamente tolherá, em significativa medida, os anseios por justiça social, por estendidas liberdades públicas, por desenvolvimentismo econômico com democracia participativa, ou seja, redundará em algum enfraquecimento do conjunto de valores, demandas e práticas que em geral anima a imensa maior parte da esquerda brasileira.

Esse é o nosso arco da esperança, sim, embora em nossa aljava as flechas sejam poucas. Esse é o projeto que empunhamos e empunharemos, muitos com imenso entusiasmo, outros algo a contragosto, para chegar à vitória eleitoral que surpreendentemente começa a se desenhar com clareza estonteante ano e três meses antes do primeiro turno.

Se o que escrevo tem algo a ver com a realidade, G., então é claro que a polarização em última análise superficial esconde no mais profundo (ou se articula com) algo que, devidamente assumido por ambas as partes, essencialmente impede uma ‘saída pela esquerda’, ou seja, qualquer tipo de saída como ruptura com o neoliberalismo. Mas não esqueçamos: o limitado

a terra é redonda

da coisa decerto tem um grande mérito: afastará de nós, compensatoriamente e ao menos por algum tempo, o neofascismo bolsonarista. Esse acordo discreto, que hoje vejo escrito apenas nas estrelas, seguramente permitirá, num registro otimista ao qual tenho pouco acesso, e se o terceiro governo Lula der certo, melhorias significativas para a maior parte da população brasileira, em especial a classe trabalhadora e as populações que habitam os territórios das periferias amplamente entendidas.

Algum acordo será alcançado, intuo, para que o terceiro governo Lula possa de início fluir sem muito sobressalto. Mas desde o início, também, dois perigos enormes, ao menos dois, se desenharão. Bem pensado, G., na verdade ambos estão se desenhando desde já.

O primeiro, o risco de o governo “dar certo”. Isso poderá estar bem definido já no primeiro semestre de 2024. Se o governo ‘der certo’, a elite brasileira, cujo código genético é escravocrata, o que em muito explica sermos o segundo país em matéria de concentração de renda, o Brasil perdendo somente para o Catar, entrará em polvorosa. O êxito do governo colocará no horizonte a possibilidade de Lula estar inaugurando outro ciclo longo de governos reformistas fracos. Será isso aceitável para esta elite tão regressiva? Difícil acreditar que seus representantes tenham a capacidade florentina de elaborar cálculos políticos refinados, caso Lula esteja ‘fazendo o mesmo, só que muito melhor’. O êxito do presidente provavelmente funcionará como disparador de reações ‘pouco civilizadas’, pavlovianas, todas convergindo na necessidade de ‘parar a coisa’. Quando me acostumei, ao longo de seis anos, a tudo ter, quero continuar a contar com o executivo também. Isso posto, é tentar realizar o desejo pulsional da maneira que for viável, sem muito prurido de vestal entre o que é constitucional e o que é mais, inconstitucional.

Outro perigo é o governo não dar certo, o que também saberemos até 2024. E esse risco também é grande porque o trajeto ‘nacional’ estará sendo feito enquanto o capitalismo muito provavelmente ainda não haverá superado a crise geral iniciada 14 anos atrás, hoje turbinada pela pandemia. A crise remanescente, as tensões todas que marcam a cena internacional tenderão a se agudizar. As dificuldades que vêm de 2007/2008, sabemos todos, G., são bem mais do que dificuldades; apontam para o esgotamento do neoliberalismo e para os primeiros passos de uma “Aufhebung” ideal que animam a ‘nova política econômica’ dos EUA, o ‘reformismo de Biden’ ainda sem destino certo. Se o governo Lula não ‘der certo’, tornar-se-á até mesmo provável que a elite dispare novo processo de reenquadramento da esquerda, modalidade nova ou não de golpe.

até março passado vivemos o tempo de uma terrível derrota. Desde então, vivemos o tempo de uma esperança de vitória eleitoral que se fortalece a olhos vistos, mas que, concretizada, se resumirá (sei que se resumirá é termo forte, G.) à indispensável recuperação da chefia do executivo, sob pena de o neofascismo dominar o país por prazo indeterminável. Nada mais do que isso, o indispensável que não garante mais do que bater o bolsonarismo, apesar de o executivo ser tão forte. Executivo, sim, instrumento forte, mas que não chega a ser a alavanca de Arquimedes. Numa democracia representativa como a nossa há outras alavancas, institucionais ou não, mas nenhuma delas, explicitadas bem mais acima, é nem de longe companheira de estrada da esquerda.

Daí que pense: doravante viveremos o tempo da esperança conjugado com o tempo, complementar e oposto, da preocupação constante. Sofreremos outro golpe baixo? Agora, este ano ou no próximo, golpe de caráter preventivo-reativo? A nota do Ministério da Defesa e dos comandantes das forças armadas, sinal a mais de que essa é uma possível ‘saída’, a mais regressiva de todas, para exame de ‘los que mandam’. Ou sofreremos golpe mais adiante, tanto mais provável quanto ‘não dê certo’ o terceiro governo Lula? Ou, ainda que sem nenhum golpe, mas em decorrência da impossibilidade de o futuro governo resgatar as promessas feitas a ‘los de abajo’, viveremos em 2026 o encerramento do ciclo curto de Lula, nesse meio-tempo o estado democrático de direito havendo ainda mais decaído?

Isso de golpe, G., um risco enorme para nós, mas também para eles. O de 2016 em parte não deu certo, o cálculo político tucano-emedebista falhou. Mas o cálculo econômico foi espetacularmente bem-sucedido desde o lançamento da Ponte para o Futuro. De lá para cá só se confirmou, com Meirelles e com Guedes, o êxito que nos ameaça a todos, a força do veneno neoliberal que não tem prazo de vigência, mesmo se sairmos vitoriosos em outubro – hipótese ideal – ou novembro do ano vindouro.

A correlação de forças, se pensamos no plano estrutural, o das classes contrapostas, não nos é favorável. Em termos eleitorais, sim, v. tem razão, a coisa é diferente. As pesquisas dizem que as forças que se nos opõem, as do bolsonarismo e as da direita não-bolsonarista com parte da qual o PT e aliados tentarão se entender, estão perdendo terreno. Bolsonaro

a terra é redonda

tudo indica continuará a se enfraquecer ao longo deste ano, mas dificilmente será submetido a processo de 'impeachment'. Em outras palavras, chegará ao ano que vem ainda forte o suficiente para tentar vencer no segundo turno. Enquanto isso, os da terceira via não conseguem decolar. Conseguirão? Se conseguirem, confesso, ficarei surpreendido.

Mas, pergunta essencial que lhe faço: será possível, a partir de nossa vitória eleitoral, mudar a correlação de forças que opera no plano estrutural? Feita a V. a pergunta que coloca o elefante na sala, não consigo deixar de me perguntar: como isso será feito a partir do Palácio do Planalto? Não consigo ver nada de objetivamente claro a respeito, salvo o caminho das boas intenções.

Certo, posso estar errado.

Abraço,

***Tadeu Valadares** é embaixador aposentado.